

Mercado Interno

O desenvolvimento da União Europeia nos últimos cinquenta anos tem vindo a libertar os cidadãos europeus de um conjunto de restrições e obstáculos, sobretudo desde a criação do Mercado Interno, inicialmente designado Mercado Único, que entrou em funcionamento em 1 de Janeiro de 1993, após o longo período de preparação que decorreu entre 1985 e 1992. A iniciativa ficou a dever-se à Comissão Europeia e ao seu Presidente Jacques Delors.

O Mercado Interno caracteriza-se pela abolição, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.

Entre 1986 e o prazo-limite do final de 1992, foram adotados 280 novos atos legislativos comunitários que não vêm aumentar o ónus burocrático com que devem lidar cidadãos e empresas, mas antes reduzi-lo de forma muito importante.

Simplificam a vida às pessoas que desejam viver e trabalhar noutra Estado-Membro. No caso de muitos bens e serviços, introduzem uma regra europeia única em substituição de várias regras nacionais em matéria de segurança nacional, embalagens ou requisitos administrativos. Até então, ter de cumprir muitos regulamentos diferentes provocava subidas de preços desnecessárias e impedia muitas empresas, em particular as mais pequenas, de exportar para a UE.

Uma tal “harmonização” de leis abrange agora a maior parte do comércio entre os países da UE. Em muitas áreas ainda não abrangidas, os Estados-Membros concordaram com a introdução do princípio do “reconhecimento mútuo”: por outras palavras, qualquer produto ou serviço que possa ser legalmente vendido, ou fornecido, num Estado-Membro (incluindo os serviços de educação e de formação) poderá ser vendido nos restantes.

No Relatório da Comissão O Mercado Único em 1994 ao Conselho Europeu de Essen (Dezembro de 1994), a mensagem-chave salientava que a concretização do mercado único e a contínua melhoria da sua eficácia em termos de funcionamento eram cruciais para a credibilidade política da União, sendo a sua criação e consolidação consideradas como um processo dinâmico e contínuo. Os atrasos da transposição e/ou a incorreta aplicação da legislação comunitária eram referidos nesse relatório como sendo ainda a principal ameaça ao mercado único. Um dos setores a carecer de melhoria, apesar da diminuição de denúncias oficiais, continua a ser a área do reconhecimento mútuo das profissões.

Apesar de todos os esforços e avanços, no entanto, a concretização do Mercado Interno está ainda longe de ser alcançada e, ainda hoje, é um processo em aberto. Os esforços para melhorar o Mercado Interno e para se ultrapassar os últimos obstáculos, colocando-o verdadeiramente ao serviço do cidadão europeu e das políticas económicas e sociais dos Estados-membros têm-se traduzido ao longo dos anos em diversas iniciativas da Comissão.